

Ensaio e debates

NOS CONCEITOS DE EDUCAÇÃO: REPENSANDO A FORMAÇÃO DOS PROFISSIONAIS DO SUS

IN THE EDUCATION CONCEPTS: RETHINKING THE SUS'S PROFESSIONAL FORMATION

EN LOS CONCEPTOS DE EDUCACIÓN: REPENSANDO LA FORMACIÓN DE LOS PROFESIONALES DEL SUS

Carmen Lucia Bezerra Machado¹

Paulo Peixoto de Albuquerque¹

Resumo

O artigo reflete sobre as práticas educativas desenvolvidas no Programa de Pós-graduação em Ensino na Saúde (PPGENSAU), em especial na linha de pesquisa – processos de ensino na saúde; tem a ver com a formação de professores que, ao fim e ao cabo, é a razão de ser de uma proposta de capacitação profissional.

Palavras chave: práticas educativas; formação de professores; capacitação profissional.

Abstract

This article has to do with teacher training, after all, is at the heart of the reflections proposed by Programa de Pós-graduação em Ensino na Saúde (PPGENSAU) on educational practices particularly related to the line of research – health education processes.

Keywords: education practices; teacher training; professional training.

Resumen

Este artículo trata de la formación de profesores que, al fin y al cabo, es el foco de las reflexiones propuestas por el Programa de Pósgraduação Enseñaza en Salud (PPGENSAU) y sobre las prácticas educativas, particularmente vinculada a la línea de investigación – procesos de enseñanza en salud.

Palabras clave: práctica educativa; formación de profesores; capacitación profesional.

A título de prolegômenos ou ... para estabelecer uma conversa

O texto que segue, não só diz respeito ao Programa de Pós-graduação em Ensino na Saúde (PPGENSAU) – **mas tem a ver com a formação de professores que, ao fim e ao cabo, é o cerne**

¹ Professores da Faculdade de Educação (FACED) e do Programa de Pós-Graduação em Ensino na Saúde – Mestrado Profissional da Faculdade de Medicina, Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS), Porto Alegre, RS.
E-mail: albuquerque.paulo@gmail.com; carmen.machado@ufrgs.br

das reflexões propostas pelo PPGENSAU sobre as práticas educativas particularmente referidas à linha de pesquisa – **processos de ensino na saúde**.

Nossa hipótese de trabalho parte da seguinte assertiva: O conhecimento atualmente produzido, por estar longe das salas de aula (por pesquisadores, acadêmicos, escritores de livros didáticos e comissões oficiais de currículo), não é criado e recriado pelos estudantes ou professores, nas salas de aula. Em função disso: perde o seu caráter político de transformação.

Tal fato acontece, porque não se tem presente que o educar exige espaços de convivência desejável de forma que o professor e o aluno possam fluir no conviver, de certa forma particular, e assim, pertencer a uma sociedade plural na qual aquele que aprende possa, no aprender, construir sua autonomia e emancipação.

Estamos convencidos que a compreensão eficiente do que podemos chamar ciclo do conhecimento está relacionada a um mal-entendido e não se resume ao conhecer o conhecido. Compreender a dupla dimensão do conhecer implica, num primeiro momento, em conhecer o conhecimento existente, mas, simultaneamente, há um outro momento. É aquele em que na experimentação se produz algo novo... que rompe com as lógicas do consenso.

Acontece que ao dicotimizarmos esses dois momentos, isolamos um do outro. Consequentemente, reduzimos o ato de conhecer ao conhecimento, a uma mera transferência do conhecimento existente. E, aquele que ensina (o professor), se torna o especialista – aquele que pensa tecnicamente no modo mais eficiente e eficaz de transferir o conhecimento. Risco que o especialista (eficiente e eficaz) não se dá conta.

O especialista faz do experimento um meio de análise e demonstra com eloquência a que ponto somos modelados pelo nosso meio de inserção, a despeito de nosso sentimento de autonomia e espontaneidade. Ao não valorizar a experiência e/ou a experimentação, o especialista perde algumas das qualidades necessárias, indispensáveis, e requeridas na produção do conhecimento: a capacidade de provocar rupturas, de provocar os alunos a assumirem atitudes transgressoras e lançar pontes sobre as fronteiras do possível.

O sujeito social não existe sem a educação que modela a sua relação com o mundo e com os outros. Seu acesso à possibilidade de experimentar é fundador da diferença e, assim, do elo social. Um mundo sem outras pessoas é um mundo sem elo social, destinado à dispersão e à solidão. Essas qualidades são, por exemplo, percebidas na experiencição, na reflexão crítica, na curiosidade, no questionamento exigente, na inquietação, na incerteza. Todas estas ‘virtudes’ são indispensáveis ao sujeito que quer conhecer. E, porque separamos o produzir conhecimento do conhecer o conhecimento existente, as escolas (da Educação Infantil às Universidades) se transformam

facilmente em espaços de venda de conhecimento e se organizaram como sistemas de distribuição para comercializar as ideias oficiais e não para desenvolver o pensamento crítico.

Assim sendo, é a pertinência política do tema que serve de disparador do pensar que tem, também outro ponto de partida na experiência acadêmica vivenciada e proposta nas disciplinas de Atelier de Pesquisa I e II, Prática Educativa na Saúde, ambas do PPGENSAU visando a constante busca do compromisso dos educadores com a defesa da educação pública, dos serviços de saúde e do Sistema Único de Saúde (SUS), de qualidade e na resistência à retórica sedutora do neoliberalismo e às suas práticas sociais conservadoras.

Nesse caso, o duplo caráter – reflexão e resistência – se deve ao contexto latino-americano e, em especial no Brasil ao sacrificar a democracia¹ para alcançar os objetivos do dito ‘crescimento econômico’, modelando um cenário societário que se reveste de nova(s)/velh(a)s práticas conservadoras e reacionárias, ditatoriais nas políticas de saúde e de educação.

A pertinência e a relevância deste texto para a área de pesquisa no debate sobre os processos de ensino na saúde, se caracteriza por um exercício de **coerência-urgente**.

A coerência teórica, necessariamente, implica em rigor que convoca à reflexão. A palavra *coerência* remete a dois significados o primeiro, que não se refere única e exclusivamente, à forma escrita (considerando um conjunto de palavras que devem formar um texto coerente); e o outro, **ligado à pertinência ou adequação** existente entre a escrita, a fala e as práticas sociais – **o que fazer**.

O primeiro, diz respeito à coerência textual, já o segundo, do qual trataremos neste trabalho, se refere à **adequação** dos conceitos de educação e saúde ao quadrinômio **teoria-prática-teoria-práxis**.

As colocações e os argumentos, para além de produzirem outros conceitos ao abordar a temática e problematizar a **formação de professores – que fazer e cocriação elementos fundamentais para o ensino na saúde**. Pretendem estabelecer diálogo da reflexão acadêmica com vistas a contribuir para um ressignificar o modo de atuação daqueles que estão comprometidos com a saúde enquanto direito cidadão.

Nos anúncios: uma lógica de formação

“A ave era
tão pequena que
a asa era uma pena”.
Anônimo

¹ A redução dos recursos na saúde e na educação por vinte anos a partir do golpe parlamentar endossado pelo vice-presidente Michel Temer em maio de 2016, sinaliza como o poder da minoria sobre a maioria se apresenta como um poder que se pretende legal (legitimado) no desrespeito a dignidade do outro, na medida em que é muito mais do que um poder-sobre, pois se apresenta como um poder-fazer absoluto.

Anúncio 1: O fragmento de poesia pode trazer inquietudes aos conhecimentos subjacentes à formação de professores, na medida em que remete à subjetividade ou sensibilidade estética e poética de quem lê. Por outro lado, os anúncios trazidos pela Legislação vigente até junho de 2016 e nas atuais propostas¹, recentemente aprovadas e outras que ainda tramitam nas instâncias legislativas e executivas da sociedade brasileira, trazem não só inquietudes, mas a necessidade de lutar contra o trabalho abstrato da docência, contra a subordinação do ‘fazer’ (aquilo que planejamos e escolhemos fazer em sala de aula) à lógica do dinheiro e do mercado, ou a fictícia proposta da ‘escola sem partido’².

Anúncio 2: As práticas experienciadas cotidianamente nos processos de ensino e/ou formação de professores, nas universidades ou fora delas, nos espaços do trabalho e nos espaços de resistências como o Fórum Gaúcho Escola sem Mordaca³ diante do cenário conservador e de retrocesso reflexivo, se apresentam como práticas de resistências e coerentemente exigem o metódico diálogo, que associado ao inventário gramsciano, produz tal registro⁴.

Anúncio 3: nos pensares sobre ensino na saúde, nas reflexões sobre a formação inicial dos profissionais da saúde quando em atividade em equipes multidisciplinares, fica evidente que educação e saúde nem sempre são correlação efetiva, visto que na formação experienciada pelos profissionais da saúde as metodologias que predominam são análises acerca daquilo que é conhecido (estudos de caso, análises reflexivas de respostas bem-sucedidas). Estratégia pedagógica que prepara para superar as dificuldades técnicas imediatas do trabalho, mas não as dificuldades mediatas e que decorrem das situações e das histórias de vida das comunidades e/ou das suas demandas históricas.

Esses três anúncios apontam (para bom entendedor): a) para os limites da formação inicial dos profissionais da saúde quando em atividades multidisciplinares, b) para um tipo de formação ou a um processo que ‘se esgota em si mesmo!’, e c) resulta de uma ‘(de)form(ação)’ provocada por um tipo de currículo que ao enfatizar a especialização, isola e marginaliza a possibilidade de pensar uma

¹ No dia 27 de outubro de 2016 foi aprovada a Medida Provisória encaminhada em 22 de outubro, que produz alterações na Lei de Diretrizes e Bases para a Educação Nacional Lei 9394/96, anulando todas as conquistas a ela incorporadas após à aprovação em 1996 (Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996; Adin 3324-7, de 2005; Decreto nº 3.860, de 2001; Lei nº 10.870, de 2004; Lei nº 12.061, de 2009), especialmente as que dizem respeito ao ensino de história e cultura africana e afrodescendente (<http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2015-2018/2016/Mpv/mpv746.htm>). Além de anularem as Leis 10.639 e 11.645.

² Tramita novamente na Câmara Federal Projeto de Lei já considerado inconstitucional em diversas instâncias, agora sob o nº PL 9814/2018 de Capitão Augusto (PR/SP) apresentada em 20/03/2018, como Alteração dos prazos da PL 7180/2014 - Escola Sem Partido.

³ Disponível em: <<https://www.facebook.com/frenteescolasemmordaca/>>. Acesso em: 10 out. 2017.

⁴ Com base na metodologia dialógica, apoiada no registro sistemático das experiências compartilhadas em salas de aula das disciplinas de Atelier de pesquisa I e II, assim como Práticas pedagógicas em saúde buscamos compor os caminhos que originam este texto.

correlação mais efetiva entre educação e saúde, principalmente em espaços não escolares como o das Unidades de Saúde – sejam nas Unidades Básicas, Unidades de Pronto Atendimento ou Unidades de Estratégia da Família, *locii* privilegiados de atuação do SUS.

Pode-se aceitar e até compreender que saúde é um direito, afinal está na constituição, mas, desenvolver e promover ‘espaços de cidadania’ junto à comunidade através do ensino na saúde, com temáticas relevantes fora do registro positivista, se apresenta muito difícil. Porque não faz parte do modo como são produzidos os conceitos, as regras, as normas, os procedimentos e as técnicas que estabelecem efeitos de verdade quando se atua, fala ou pensa em saúde.

Indica, por outro lado, que na maior parte das vezes a formação propiciada pela universidade pública problematiza a politização quando em sala de aula: “Para quê?” “Este não é o momento...”; “Agora não é o momento desta construção. Aqui o que importa é o saber técnico”¹. Tais afirmativas expressam a noção de um saber técnico que não se pretende político.

Assim sendo, as contribuições da formação experienciada durante a graduação, nem sempre dão visibilidade às técnicas de poder² concorrendo para que se perceba como espúrio ou estranho os conceitos de cidadania / necessidade / democracia, como balizadores do ensino na saúde.

Por isso, se faz necessário repensar o ‘fazer’ daqueles que estão ou tem a sua prática profissional na saúde balizadas pelo prescritivo. Nesse sentido, resignificar o ensino na saúde se apresenta como possibilidade, como escolhas que exigem ser integradas a um projeto de sociedade, que assimile as questões que dizem respeito às opressões e, ao mesmo tempo, mude as práticas vividas nesta formação, no adverso contexto brasileiro.

Nos impasses do contexto: o ‘que fazer’ no ensino na saúde!

É nos diversos desdobramentos entre o trabalho individual permitido pelo currículo formativo e o coletivo que se interpõe propostas legais. Impostas por um grupo de parlamentares eleitos com um Programa de governo e agora propositores de um marco legal completamente diverso, uma vez que o debate acadêmico e político segue problematizando a ausência da formação política, uma Medida Provisória (MP)³ ou Projetos de Emendas Constitucionais (PEC), que legalmente está pensada para solucionar os grandes e urgentes impasses, agora é utilizada para rapidamente aprovar proposições, sem qualquer consulta pública à população, que estarrecida assiste ao espetáculo

¹ Falas de professores / profissionais da Área da Educação e Saúde para alunos e colegas em 2017 e 2018.

² O poder nem sempre é concebido ou está restrito às instituições ele se exerce constantemente no cotidiano, no imaginário e nas relações sociais.

³ Medida Provisória, teoricamente só pode ser criada em regime de urgência e relevância, tendo efeito imediato e força de lei, projeto do poder Executivo, encaminhado ao Congresso Nacional, neste caso, com a clara intenção de impedir que seja discutido democraticamente.

midiático, suporte para tais ações, que não podem ser unilateralmente aplicadas a uma reforma educativa¹. A ideia de que a sociedade é do conhecimento e a relevância atribuída à ‘economia da informação’ em tempos do dito neoliberalismo, mostra que o ‘ensino’ é ferramenta fundamental para a construção de uma realidade diferenciada, na medida em que mobiliza os poderes do trabalho intelectual (como instrumento de acumulação) daí a importância da Educação na saúde.

Do ponto de vista de um educador, o conhecimento deve ser considerado como uma relação de interdependência entre os sujeitos conhecedores e o objeto a ser conhecido, e não uma justaposição de duas entidades dissociáveis.

O conhecimento/reflexão/crítica aparecem como trinômio, e não são apenas um artifício textual ou lógico. Tem por intencionalidade evidenciar que ao professor aquilo que acontece na escola/universidade ou nos espaços educativos não é gratuito ou neutro, ingênuo ou inocente. Assim também, no ensino na saúde não há gratuidade, ingenuidade ou inocência, quiçá neutralidade.

Em termos metodológicos ou operacionais, a narrativa organizada de um projeto de ensino na saúde propõe alguns disparadores do pensar:

1. Que as percepções e indagações dos indivíduos entre os homens e o tempo passado, sempre estiveram presentes cotidianamente na vida das mulheres e homens (e todos gostam de falar sobre). Por isso, as histórias das salas de espera nos consultórios agradam/ensinam e falar sobre as marcas da vida também.
2. A temporalidade está sempre relacionada à pessoa, mas quase sempre quando esta temporalidade é analisada, privilegia-se o aspecto psicológico, dadas as dificuldades de falar sobre o tempo: não é suficiente medir, pois o tempo sempre nos escapa.
3. A partir de nossa experiência, sabemos que esses três tempos são bem distintos. O passado é o tempo que sempre se afasta de nós, do que um dia já fomos e o que somos hoje, de nossa percepção; é tudo que já não é mais. Simplesmente porque já se foi. Nomeamos de presente o agora, o tempo em que nossas vidas e experiências acontecem, no momento em que estão ocorrendo. O futuro é como o lugar onde estão finalizados todos os acontecimentos que presenciamos quando determinado período de tempo chegar a acontecer, por mais ou por menos extenso que seja.
4. A memória é posta como uma busca interior, e pode ser pensada como uma busca de autoconhecimento – organizado. Não podemos conhecer ou reconhecer se não vivemos ou recordamos, é como uma procura do nosso reconhecimento e entendimento.

¹ ‘Uma Ponte para o futuro’, aprovada pelo Partido da Movimento Democrático Brasileiro – PMDB, dito de centro, em Brasília em 29 de outubro de 2015 (<http://pmdb.org.br/wp-content/uploads/2015/10/RELEASE-TEMER_A4-28.10.15-Online.pdf>), indica o caminho a ser seguido.

Entretanto, assim como em sala de aula, as coisas nem sempre acontecem como planejado, as falas dos profissionais da saúde acima, dizem sobre algo, mas silenciam sobre outras coisas.

A formação de educadores para atuarem na saúde, só tem sentido quando pensada a partir da constatação: espaços educativos são incompletos e o aprendizado ou o não aprendizado tem a ver, também, com o fazer docente. Por que? Porque remete à perspectiva da interpelação cidadã. Interpelação que se faz da macropolítica (política pedagógica) que nem sempre explicita seu fundamento (pedagogia política), não balizada pelo o compromisso com a mudança.

Se a educação é um processo contínuo, e muitas vezes, a condição **de não saber pode ser a base e o estímulo para uma ação ou uma proposta de aprendizagem, então** pode-se dizer que em educação o conceito de ensinar passa necessariamente pela noção **de intencionalidade**, ou seja, aquilo que afirma que o objeto (ensino-aprendizagem) não existe sem o sujeito e nem a consciência existe sem um objeto (momento de ensino-aprendizagem). Este só aparece ao sujeito na medida em que a consciência está direcionada para ele.

Neste sentido, o que pauta a intencionalidade pedagógica não é apenas o relatar o que ocorre na atualidade.

A formação de professores exige um currículo que possibilite esta mobilização não em nome de estruturas partidárias, mas individualmente – em seu próprio nome, o que Löwy e Besancenot (2016) chamam de envolvimento na “democracia real, agora, somos nós”. “[...] criando, por imposição e através do próprio sofrimento, as bases materiais desta nova ordem [...], a fim de transformarem em liberdade o que hoje é ‘necessidade’” (GRAMSCI, 2001, p. 280).

Ou que entre a disparidade / desigualdade do conhecimento que a ciência e a tecnologia disponibilizam e a condição material da existência da maioria da população, a desumanidade ou a humanidade que em sua forma negativa / destrutiva mais extrema nos ameaça, aflora em qualquer local, independe da condição econômica.

Para além de um simplismo maniqueísta que tende a estimular procedimentos intolerantes, a política como dimensão da atividade humana, tanto nas ações como nas omissões repercutem no que conhecemos e em como lidamos com o outro. Por palavras, silêncios e gestos, exemplos, comandos, sugestões, conselho, oposição, querer ou não querer, tendo ou não consciência, influenciamo-nos, condicionamo-nos moldamos, colaboramos, para manter ou transformar o existente.

A cisão entre as esferas privada e pública isola o indivíduo do coletivo. No mundo do trabalho as desigualdades são generalizadas e absolutizadas como se não fossem o resultado de uma construção histórica e social datada e localizada. Contra o desrespeito a lucidez, perspicácia e

clarividência são necessárias para dizer a palavra o que supõe mobilizar a força interior que habita em cada um e cada uma.

Desinibir-se e descobrir removendo as correntes da alienação e do fetichismo que nos exploram e amordaçam, para oferecer liberdade como engajamento que nos enriquece pessoalmente e, simultaneamente, no coletivo, educa. Entre o individualismo que nos mata, fragmenta e expropria, e os indivíduos que dizem sua palavra, enfrentam com argumentos e com atos os fazeres. O coletivo é possibilidade de compartilhamentos, intensos aprendizados e superação da alienação. Todos e a cada pessoa em particular (para não ser ditatorial), pois, coletivo e o geral (para não se fechar em si mesmo) são nossas humanas possibilidades.

Não estamos criando categorizações do ‘bem’ e do ‘mal’, pelo contrário, estamos dizendo que as propriedades do ‘bem’ e do ‘mal’ são contabilizadas e examinadas pelo aparelhamento disciplinar que as hierarquiza nas grades curriculares e na formação dos profissionais sejam eles da saúde ou da educação.

Mas ressignificar ensino na saúde, passa por um conceito de educação que busca uma pedagogia da alteridade ou uma educação para a alteridade.

Conclusão inconclusa: conceito de educar que pauta nosso pensar/fazer

Educação / educar é construir possibilidades de compreensão e entendimento do sujeito (que apreende), como portador de direitos, por meio da valorização de interações / saberes, práticas ou comportamentos que ao serem problematizados promovem a autonomia do pensamento e a reelaboração dos conhecimentos de modo a compor / propor valores, habilidades e práticas cidadãs (ALBUQUERQUE, Paulo. Escritos da aula. 10h 28’ em 11.04.18)

É verdade, um olhar sobre o outro diferente de mim, sobre o grupo, sobre a cidade para que possamos existir em um mundo mais solidário e pautado pelo respeito. É difícil. Claro que os excessos individualistas de nossos dias e a competição estão aí, inclusive nos espaços educativos, mas parecem-nos que eles apontam, não para a impotência das pessoas frente a isso, mas para a possibilidade que a solidariedade, a justiça entre as pessoas, como valor, pode dar sentido a / na vida.

Para nós, comprometidos com o ensino na saúde, entender que tem mais sentido na vida não é o ter, o poder, o consumo e sim, as relações que acontecem entre as pessoas, combatendo frontalmente a indiferença que deriva do saber especializado que isola, marginaliza e é incapaz de perceber que, qualquer situação, pede uma ação coletiva na qual o compromisso se materializa na socialização dos saberes.

Se a educação é palco de uma eterna disputa entre os conformistas, satisfeitos em reproduzir a sociedade (formar – formatar – disciplinar) e os utópicos que insistem em crer na educação como ferramenta de transformação, então, parece que está nas diferenças entre ver e olhar dos indivíduos

que pode estar a porta de saída para o tornar-se cidadão. Cidadãos conscientes de que a vida (social ou não), só sofrerá modificações com a inclusão e participação de todos e na explicitação dos modos de cada um e cada uma ver.

Parece que o problema – ensino/aprendizagem – independente de se estar em sala de aula ou não, é e está subordinado ao ‘problema da poesia da vida’. Ou seja, a vida (seja ela docente ou discente), a nosso ver, é polarizada entre a prosa – as coisas que fazemos por obrigação e não nos interessam para sobreviver. E a poesia – o que nos faz florescer, é o que nos faz amar, comunicar. E, é isso que é importante. Então, neste registro lógico, pode-se dizer que o verdadeiro problema não é a felicidade. Porque a felicidade é algo que depende de uma multiplicidade de condições.

[...] Em outras palavras, não se pode sonhar com uma felicidade contínua para a humanidade. É impossível porque a felicidade, repito, depende de uma soma de condições. Então, pelo outro lado, o que se pode dizer, pode se tentar favorecer tudo o que permita a cada um viver poeticamente sua vida e, se você vive poeticamente você encontra momentos de felicidades, momentos de êxtase, momento de alegria (MORIN, 2003, p. 85).

Ensinar na saúde é mostrar que o tempo da humanidade não é o tempo do relógio. O ritmo próprio precisa ser considerado e certamente os resultados compensam. Educadores de saúde não temem que as pessoas / comunidade se apropriem de saberes e participem da vida política, pois, configura que todos, individualmente, podem ter acesso a uma individualidade emancipada.

Assim, a título de conclusão inconclusa e parafraseando Eduardo Galeano reiteramos: “Os sonhos anunciam outra realidade possível, e os delírios, outra razão. Somos o que fazemos para transformar o que somos. A identidade não é uma peça de museu, quietinha na vitrine, mas sempre assombrosa síntese das contradições nossas de cada dia” (p. 7). Nessa fé, fugitiva, nós cremos.

Referências

BESANCENOT, O; LÖWY, M. **Afinidades revolucionárias**: Nossas estrelas vermelhas e negras por uma solidariedade entre marxistas e libertários. São Paulo: Editora Unesp, 2016.

BRASIL. **Lei nº 9.394 de 20 de dezembro de 1996**. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/seesp/arquivos/pdf/lei9394_1dbn1.pdf>. Acesso em: 27 jul. 2018.

GALEANO, E. **Voces de nuestro tiempo**. Montevideo: Ed. Universitaria Centroamericana, 1981.

GRAMSCI, A. **Cadernos de Cárcere**. Vol. IV. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2001.

MORIN, E. **Os sete saberes necessários à educação do futuro**. São Paulo: Cortez, 2003.